

A avaliação do desempenho escolar como ferramenta de exclusão social**The evaluation of school performance as a tool for social exclusion**

DOI:10.34117/bjdv6n12-330

Recebimento dos originais: 30/11/2020

Aceitação para publicação: 10/12/2020

Andréa Cristina Marques de Araújo

Mestre em Ciência da Computação – UFSC

Doutoranda em Ciência da Informação - Universidade Fernando Pessoa (Portugal)

Instituição: Centro Universitário do Estado do Pará CESUPA

Endereço: Av. Gov. José Malcher n.1963 CEP: 66060-232 Belém-PA

E-mail: andreacristinamaraujo@gmail.com

Luis Borges Gouveia

Doutor em Ciências da Computação pela University of Lancaster (Reino Unido)

Instituição: Universidade Fernando Pessoa (Portugal)

Endereço: Praça 9 de Abril, 349. 4249-004. Porto. Portugal

E-mail: lmbg@ufp.edu.pt

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel da avaliação do desempenho escolar e sobretudo da educação, tendo consciência de que para aceitar o grande desafio do desenvolvimento, não é possível obter êxitos sem o alicerce de um povo que se educa para a cidadania.

Palavras-Chaves: Educação, avaliação escolar, conhecimento, aprendizagem, prática de liberdade e cidadania.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the role of evaluating school performance and, above all, education, being aware that to accept the great challenge of development, it is not possible to achieve success without the foundation of a people who are educated for citizenship.

Key Words: Education, school evaluation, knowledge, learning, practice of freedom and citizenship.

1 INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro apresenta baixos índices de conclusão do ensino básico, com altos índices de evasão e repetição, e acentuadas disparidades educacionais entre as várias regiões. Essa baixa qualidade da educação, principalmente a pública, é ligada a uma ineficiente administração e gerenciamento educacional, uso insuficiente e impróprio dos recursos financeiros e principalmente à estratégias de ensino e avaliação do desempenho escolar inadequadas.

Novas políticas e estratégias educacionais são, portanto, exigidas para reverter tal situação, mas faltam aos seus formuladores informações precisas, sistemáticas e padronizadas sobre o desempenho do sistema educacional. Não existe, na verdade, uma cultura de avaliação no país nem um envolvimento efetivo da sociedade no aperfeiçoamento do sistema educacional.

Neste sentido, pretendemos neste trabalho iniciar reflexões sobre o papel da avaliação do desempenho escolar como ferramenta de exclusão social, consequência da prática pedagógica desvirtuada adotada pelo nosso sistema educacional.

2 EXCLUSÃO SOCIAL

Segundo Mammarella (2000, p.52) exclusão social identifica "os grupos e indivíduos que vêm sistematicamente perdendo seus direitos de cidadania, que se encontram carentes dos meios de vida e fontes de bem-estar social, com baixíssimos rendimentos, falta de moradia, de acesso à educação e saúde, e que não encontram meios de se inserirem no mercado de trabalho".

Dois aspectos são considerados como a base da cidadania: a possibilidade de acesso de toda a população a um determinado padrão de qualidade de vida comum de um referido grupo social e às possibilidades objetivas da população decidir sobre os destinos e os rumos da sociedade em que vivem.

Essas condições mínimas para as pessoas conseguirem uma qualidade de vida aceitável dentro dos parâmetros de cidadania vão além da manutenção da vida orgânica, dada pela satisfação das necessidades alimentares e nutricionais elementares, estando também intimamente ligada à obtenção de renda e de educação com qualidade, pois sem esses princípios, a inserção na sociedade e no mundo do trabalho, torna-se precária.

A falta de participação política torna os indivíduos submissos a uma dimensão do destino enquanto condição inexorável, que despolitiza as relações sociais e remete a solução dos problemas a uma esfera intransponível, sobre a qual os indivíduos perdem a capacidade de controle, situando-se fora do domínio da história. Tanto a aceitação do destino como fatalidade como o não acesso, pela falta de renda, aos bens materiais e simbólicos que a sociedade pode oferecer, são formas expressivas de manifestação da exclusão social.

Na sociedade atual, o Estado Moderno é responsável pela função redistributiva, pois ele deve assegurar as políticas globais e articuladas como moderadoras das desigualdades sociais e econômicas e de responder ao aumento das demandas no contexto de uma maior divisão do trabalho e expansão do mercado, na sociedade de massas.

A educação é portanto, dever do Estado e direito do cidadão, pois sendo concebida como valor social, reflete-se como instrumento da sociedade para efetivar o processo de formação e construção da cidadania.

Entretanto, a evolução das idéias relativas à educação, e principalmente à avaliação, consolidam-se em torno dos valores econômicos, como consequência do rápido desenvolvimento tecnológico e da nova ordem globalizada. A Educação passa a ser direcionada para o novo estilo de desenvolvimento, reproduzindo as relações de poder e subordinação, presentes neste modelo.

Para acabar com a exclusão, portanto, é necessário que se restabeleçam as bases de uma economia e uma política que permita que as relações humanas se dêem a partir dos princípios de equidade, justiça social e participação cidadã nas diferentes instâncias de decisões, e a educação cidadã será a principal ferramenta para construção dessa sociedade.

3 APRENDER E ENSINAR: O QUE SIGNIFICAM?

"Ensinar não é transmitir dogmaticamente conhecimentos, mas dirigir e incentivar, com habilidade e método, a atividade espontânea e criadora do educando. Nessas condições, o ensino compreende todas as operações e processos que favorecem e estimulam o curso vivo e dinâmico da aprendizagem" (SANTOS, 1961, n.p.).

Segundo Masetto (1985) existem alguns princípios importantes a serem considerados por todos os que se preocupam com a aprendizagem do aluno, que são:

1. A aprendizagem deve envolver o aluno, ter um significado com o seu contexto, para que realmente aconteça;
2. A aprendizagem é pessoal, pois envolve mudanças individuais;
3. Objetivos reais devem ser estabelecidos para que a aprendizagem possa ser significativa para os alunos;
4. Como a aprendizagem se faz em um processo contínuo, ela precisa ser acompanhada de feedback, visando fornecer os dados para eventuais correções;
5. Como a aprendizagem envolve todos os elementos do sistema, o bom relacionamento interpessoal é fundamental.

No entanto, na realidade das escolas, quando procuramos decodificar o significado de ensinar, as idéias definem o professor como agente principal e responsável pelo ensino, sendo as atividades centralizadas em suas qualidades e habilidades. Aprender também relaciona um único agente principal

e responsável, o aprendiz (aluno), estando as atividades centradas em suas capacidades, possibilidades, oportunidades e condições para que aprenda.

Diante desse contexto, percebemos que o perfil do educador não mudou muito desde a época do "magister dix". Na verdade, poucos são os que fogem ao conceito de educação bancária, ou seja, o saber não passa de uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam que nada sabem, cabendo então aos sábios, dar, entregar, transmitir o seu grande saber. Portanto, a educação se torna um simples ato de depositar, onde os educandos são os depositários e o educador o depositante.

Infelizmente, a didática continua presa ao repasse mecânico, à aula expositiva, para ser copiada e decorada. Depois, é restituída na prova e, finalmente, na "cola" é copiada com a máxima perfeição. Portanto, aula, prova e cola são sinônimos, no espírito da coisa.

Segundo Freire (1987, n.p.), "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo", ou seja, a educação problematizadora e como prática de liberdade, exige de seus personagens uma nova concepção de comportamento. Ambos são educadores e educandos, aprendendo e ensinando em conjunto, mediatizados pelo mundo.

Aprender é necessário como insumo do aprender a aprender. Aprender é apenas meio. A qualidade da formação básica é o fator modernizante mais eficaz da sociedade e da economia.

Muito embora a valorização da educação no sistema produtivo moderno não mude a essência do capitalismo, introduz, na sombra de vantagens para o capital, oportunidades pertinentes para o trabalhador, que incluem parâmetros menos drásticos de exploração da mão de obra, sem falar no suporte para a cidadania do trabalhador.

A educação é componente substancial de qualquer política de desenvolvimento, não só como bem em si e como mais eficaz instrumentação de cidadania, mas igualmente como primeiro investimento tecnológico.

Seguindo essa linha, o educador passa a ser o educador problematizador, que desafia os educandos que são agora investigadores críticos, permeados por constantes diálogos, pois a educação como prática de liberdade deve negar o conceito de isolamento e abstração do ser humano, assim como tornar o mundo uma presença constante em seu diálogo.

4 A AVALIAÇÃO E SUAS DIFICULDADES:

Segundo Sousa (1991), o ato de avaliar deve estar fundamentado nos seguintes pontos:

6.Continuidade: a avaliação deve estar presente durante todo o processo educacional, e não somente em períodos específicos;

7.Compatibilidade com os objetivos propostos: a avaliação deve estar em conformidade com

os objetivos definidos como norteadores do processo educacional para que venha realmente cumprir a

função de diagnóstico;

8. Amplitude: a avaliação deve estar presente em todas as perspectivas do processo educacional, avaliando assim todos os comportamentos do domínio (cognitivo, afetivo e psicomotor);

9. Diversidade de formas: para avaliar devemos utilizar as várias técnicas possíveis visando também avaliar todos os comportamentos do domínio.

Com base nestes pressupostos, podemos afirmar que a realidade do processo avaliativo é completamente oposta a filosofia da educação problematizadora necessária em nossas escolas.

Avaliar é um ato extremamente complexo, cuja responsabilidade não é competência única do professor, mas sim de todos os elementos integrantes do processo educacional (alunos, pais e administradores). Essa centralização no professor apenas consolida o modelo econômico mundial e suas relações de poder, plenamente exercida em nossas escolas.

O sistema econômico atual não precisa educar todos os homens, pois trata-se de um sistema excludente, que não está preocupado com a totalidade, vendo a educação, e conseqüentemente suas formas de avaliação de desempenho, como meio para agilizar o desenvolvimento econômico, e não como compromisso ético com as pessoas.

Assim sendo, a dinâmica de estrutura das sociedades de classes dominantes utiliza a educação como um instrumento de dominação, uma vez que essas sociedades são governadas por grupos dominantes e a cultura é postulada conforme o interesse desses grupos, e sobretudo enfatiza essa influência na escola, por sua condição de produção de saber por excelência.

Neste contexto, a escola, a didática, o currículo escolar e sobretudo a avaliação são reflexos dessa estrutura complexa de relação de poder. A realidade então passa a ser o exercício da coação, da escola como obrigação, do professor como autoridade máxima e incontestável, onde estar na sala de aula é um desprazer.

O fracasso escolar é visto então, como uma questão individual, próprio de cada aluno e seus problemas. No entanto, não podemos responsabilizar somente à ele, nem tão pouco ao professor, que muitas vezes não é preparado para esta outra função – a de avaliador. Precisamos sobretudo, rever os paradigmas da avaliação do desempenho escolar, bem como da educação como um todo, para que a aprendizagem do aluno possa ir para além da sala de aula.

O modelo classificatório de avaliação, onde os alunos são considerados aprovados ou não aprovados, oficializa a concepção de sociedade excludente adotada pela escola. O resultado da avaliação é considerado portanto, como uma sentença, um veredicto oficial da capacidade daquele

aluno que fica registrado e é perpetuado para o resto de sua vida. O mais triste porém é que a publicação dos resultados não revela o que o aluno conseguiu aprender, é um resultado fictício, definindo um perfil, pela cristalização desse falso resultado.

Rever a concepção de avaliação é rever sobretudo as concepções de conhecimento, de ensino, de educação e de escola. Impõe pensar em um novo projeto pedagógico apoiado em princípios e valores comprometidos com a criação do cidadão. Somente após essa consciente revolução é que a avaliação será vista como função diagnóstica e transformadora da realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de avaliação é comumente relacionada a idéia de mensuração de mudanças do comportamento humano. Essa abordagem possibilita fortalecer a ênfase no aspecto quantitativo, gerando conseqüentemente uma medida.

No entanto, a avaliação vai além da medida. Abrange também os aspectos qualitativos, que são muito mais difíceis de serem considerados tendo em vista que envolvem objetivos subjetivos, posturas, políticas e valores.

As práticas de avaliação são definidas pelas concepções de mundo dos profissionais envolvidos no processo, ou seja a definição dos instrumentos de avaliação são determinadas pelas idéias e modelos da realidade do sistema em que o profissional atua.

Na realidade, corresponde a um meio de controle feito através de atribuição de pontos ou notas, para que os alunos realizem as tarefas propostas e tenham o comportamento esperado. A nota portanto passa a representar um objetivo diferente da representação do rendimento do aluno.

O compromisso do aluno então, não é com o conhecimento, mas sim com o sucesso nesses instrumentos estipulados. A preocupação está em obter os pontos determinados para cada atividade escolhida dentro do processo avaliativo.

Além disso, podemos perceber que a escola se tornou uma instituição formadora obrigatória, principalmente no ocidente. A idéia de que toda criança tem que ir para a escola, retira do indivíduo a liberdade de escolha. O direito do cidadão é quanto à educação, mas perguntamos por que a educação está restrita somente à escola?

A didática ensino/aprendizagem como opção única da escola, é algo feudal, tipicamente de cima para baixo, solidificando o conceito de "educação bancária", onde de um lado como único sujeito (ensinar) e de outro como único objeto (aprender).

Aprender, como papel exclusivo do educando significa cristalizar a atitude de submissão e obediência. O educador, o "verdadeiro" educador, não precisa dessa submissão. Enquanto não se perceber que didática deve ser estratégia emancipatória, educação representará o passado.

Por outra, a educação, modernamente vista, não significa apenas bem em si e instrumentação fundamental da cidadania, mas condição de produtividade econômica. Com certeza, o sistema produtivo moderno valoriza a formação básica porque garante condições mais favoráveis de lucratividade. Todavia, isto serve de gancho estratégico para valorizar educação como investimento possivelmente mais relevante no desenvolvimento.

Além do mais, é importante ressaltar que educação só tem a perder se ficar isolada na dimensão política da emancipação, porque é só metade da coisa participar, trabalhar/produzir é um todo só. Fundamental é reconhecer que, hoje, posições rígidas apenas fossilizam o conhecimento, que é o fator motor principal da nova sociedade globalizada. O centro da inteligência é aprender a aprender, saber pensar, ser crítico e analítico. Esse deve ser o centro da educação, e é dentro dessa perspectiva que a avaliação do desempenho escolar deve ser concebida.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. C. M.; GOUVEIA, L. B. O digital nas instituições de ensino superior: Justificação para o diagnóstico sobre a percepção de gestores, professores e alunos. In: GADI (coord.). Gabinete de Relações Internacionais e Apoio ao Desenvolvimento Institucional. Universidade Fernando Pessoa. Atas dos Dias da Investigação na UFP. Porto, 2017. 861p.
- ARAÚJO, A. C. M.; GOUVEIA, L. B. O Digital nas instituições de ensino superior: Um diagnóstico sobre a percepção da comunidade acadêmica de uma instituição de ensino superior em Belém do Pará (Brasil). *Revista Estação Científica*, v.2018, n.19, p.1-26, 2018c.
- ARAÚJO, A. C. M.; GOUVEIA, L. B. O digital nas instituições de ensino superior: Um diagnóstico sobre a percepção docente em uma instituição de ensino superior em Belém do Pará. In: Congresso Nacional de Educação, 2, 2018, Poço de Caldas. Anais... Poços de Caldas, 2018.
- ARAÚJO, A. C. M.; GOUVEIA, L. B. Tecnologias de Informação e Educação aplicada ao Ensino Superior: Percepções em uma IES em Belém do Pará. In: Seminário do ForTEC. Tecnologias Digitais, Redes e Educação, 4, 2018, Anais... São Salvador, 2018b. p.1056-1066.
- ARAÚJO, A. C. M.; GOUVEIA, L. B. O digital nas instituições de ensino superior: um diagnóstico sobre a percepção docente em uma instituição de ensino superior em Belém do Pará (Brasil). *Braz. J. of Develop.*, v. 6, n. 7, p. 42551-42555, 2020
- FALCÃO FILHO, José Leão M. Avaliação, classificação e frequência na nova LDB. Texto apresentado no II Encontro Mineiro de Educação, SINEP-MG, 11 a 14 de outubro de 1997. <http://www.eduline.com.br/amae/ldb.htm> (15/09/00).
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MAMMARELLA, Rosetta. Exclusão Social. *Revista Mundo jovem*. Abril/2000. p.52-3.

MASETTO, Marcos T. O professor universitário em aula. Mg. Ed Associados. 4ª ed.1985.

PERRENOUD, Philippe. Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, Albano & NÓVOA, Antônio. Avaliações em educação. Lisboa: Educa, 1992. p.155-73.

PERRENOUD, Phili. Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar. Porto: porto editora. 1995. p.135-146.

SANTOS, Theobaldo Miranda. Noções de prática de ensino. 6 ed. SP: Companhia Editora Nacional, 1961.

SOUZA, Sandra Zákia Lean de. Revisando a Teoria da Avaliação da Aprendizagem. In: SOUZA, Sandra Zákia Lean de. (org). Avaliação do rendimento escolar. CAMPINAS: Papyrus, 1991.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. Repensando a didática. 11 ed. Campinas SP: Papyrus, 1996.